

HABEAS CORPUS Nº 517.418 - DF (2019/0181588-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : ESEQUIEL SANTOS MOREIRA - DF007920
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E
DOS TERRITORIOS
PACIENTE : YURY HENRIQUE DA SILVA GOMES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

YURI HENRIQUE DA SILVA GOMES alega sofrer coação ilegal no seu direito de locomoção em decorrência de acórdão do **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** na Apelação n. 0009052-43.2017.8.07.0005.

Nesta impetração, a defesa pretende a desclassificação do crime de latrocínio para o de homicídio em concurso com o crime de furto e, subsidiariamente, a redução da pena.

Sustenta que a violência empregada contra a vítima, que acarretou sua morte, não tinha o intuito de assegurar a subtração de seus bens. Ressalta que "se o agente matou a vítima por outro motivo, e somente depois dela estar morta, aproveita-se da situação para dela subtrair coisas, temos o delito de homicídio em concurso com furto" (fl. 7).

Alega, ainda, que, em razão da presença de duas atenuantes, caberia a redução da pena em 1/6 para cada uma delas.

Sem pedido liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pela **denegação da ordem**.

Decido.

Extraí-se dos autos que o réu foi condenado a 20 anos de reclusão e 10 dias-multa, em regime inicial fechado, pela prática do delito tipificado no art. 157, § 3º, parte final, do Código Penal, que foi mantida pelo Tribunal estadual.

I. Impossibilidade de desclassificação

O Juiz sentenciante, ao concluir pela prática do **crime previsto no art. 157, § 3º, 2ª parte, do Código Penal** consignou (fl. 18, destaquei):

Note-se que não existe dúvida sobre a autoria atribuída ao acusado, uma vez que conjunto probatório reproduzido nos autos, aliado à confissão parcial do réu YURI HENRIQUE, remete à certeza de que este praticou o crime de latrocínio contra a vítima Reginaldo, com vontade livre e consciente. A Defesa técnica sustentou a tese de desclassificação para o crime de homicídio, enquanto o réu alegou em seu interrogatório judicial que agiu em legítima defesa para se defender das investidas sexuais da vítima e também suposto futura agressão por parte dela, alegando que ela estava de posse de uma faca e que, ao entrar no quarto, o réu acreditou que ela pegaria algo, talvez uma arma, motivo pelo qual a golpeou causando-lhe a morte.

Quanto à tese de homicídio simples sustentada pela Defesa Técnica, na qual requer a desclassificação do crime de latrocínio para o crime de homicídio simples, sob o argumento que a morte da vítima não teve relação com a subtração de seus bens, deve ser destacado, de início, que o acusado confessou perante a Autoridade Policial que, após o crime, pegou o celular da vítima e colocou dentro mochila dela e foi embora do apartamento, tudo narrado nos termos de declarações de fls. 184/188. Além disso, após o término das Investigações e da instrução, ficou comprovado que o acusado vendeu o telefone subtraído da vítima para o acusado Rafael. Posteriormente, Rafael vendeu o mesmo aparelho para o acusado João Hugo. Registre-se que tanto Rafael e João Hugo foram denunciados pelo crime de receptação, em razão de terem adquirido o celular da vítima, o qual era produto de crime. Deve ser ressaltado que a testemunha MARCIA SIQUEIRA afirmou em juízo que conhecia a vítima há mais de dezenove anos e informou que Reginaldo usava relógios, pulseiras de prata e de ouro. Disse que Reginaldo tinha uma coleção de relógios (oito), os quais eram de marcas e de alto valor, além de três colares e vários anéis. Afirmou que, após o crime, procurou pelos bens da vítima no apartamento, mas encontrou apenas um anel, tendo sumido os colares, os relógios e os celulares. A referida testemunha ainda esclareceu que o apartamento estava todo revirado, circunstância indicativa de que o autor do crime procurou por

pertences da vítima. A testemunha RONY, porteiro do prédio, por sua vez, disse que **o réu foi visto nas câmeras de vigilâncias de posse de uma mochila "recheada" de coisas,** também corroborando a tese de que houve a subtração. **Embora esses objetos não tenham sido encontrados com o acusado, exceto um celular, é possível concluir seguramente que tais bens também foram subtraídos, fortalecendo a conclusão de que o mesmo matou a vítima visando a se apoderar dos seus bens.**

A Corte local, por sua vez, também entendeu caracterizado o latrocínio, destacou os elementos trazidos na sentença e concluiu (fls. 29-30, grifei):

Ou seja, há provas nos autos de que os objetos pessoais da vítima foram revirados pelo réu, que procurava objetos de valor para subtrair, o que efetivamente ocorreu, sendo certo que não foram encontrados os relógios, colares e anéis da vítima.

Vale destacar que não há qualquer indício nos autos no sentido de que as testemunhas Márcia e Antônio tenham qualquer desavença com o apelante e por isso teriam o objetivo de lhe prejudicar afirmando que o local estava revirado e que diversos bens foram subtraídos, de forma a infirmar as declarações prestadas.

Ainda que assim não fosse, a perícia realizada indica que o local foi totalmente revirado.

Ainda, das provas coligidas ao feito, conclui-se que o réu já conhecia a vítima há um tempo, inclusive já frequentava a sua casa. Isso porque, a testemunha Antônio, zelador do prédio, afirmou que a vítima sempre o avisava quando levava homens em sua casa, aduzindo, categoricamente, que viu o réu na companhia de Reginaldo em outras três oportunidades anteriores. **Dessa forma, cai por terra a narrativa do réu no sentido de que conheceu a vítima naquele dia, que somente foi com ela até o local porque lhe prometera um emprego ou que não soubesse da orientação sexual de Reginaldo.**

Além disso, **ao final das investigações ficou devidamente comprovado que o réu vendeu o celular subtraído da vítima para RAFAEL, que RAFAEL, posteriormente, o vendeu para JOÃO HUGO, ambos denunciados pelo crime de receptação.**

Ainda, nas imagens gravadas pelo circuito interno, o réu aparece saindo da casa da vítima justamente com a mochila

dela, sendo que, para justificar tal fato, o réu disse que se confundiu ao pegar a mochila e que o celular da vítima já estava lá.

No entanto, as alegações do apelante não convencem, porquanto as imagens são claras e demonstram que as mochilas eram completamente diferentes.

Digo, a mochila da vítima era preta de duas alças para ser colocada sobre os ombros, enquanto a do réu era uma *jeans*, na cor azul, de uma alça só, e de transpassar, como se percebe claramente pela imagem de fl. 158.

Diante de toda a prova produzida, evidencia-se que a violência empregada pelo apelante, com a intenção de produzir a morte da vítima, visava assegurar a subtração de pertences da vítima, de modo que está plenamente configurado o delito de latrocínio.

Com efeito, o desdobramento dos fatos, tal como consta da prova dos autos, indica que o apelante efetuou os golpes contra a vítima para garantir o intento inicial que era o de subtrair seus bens. O farto conjunto probatório indica que o réu, já conhecendo a vítima e frequentando sua casa, sabia que ela possuía bens de valor, sendo certo que a finalidade precípua da sua ação delituosa era a obtenção de vantagem patrimonial.

Nesse sentido, subsume-se a conduta ao latrocínio, crime complexo, quando o agente atua com dolo na conduta antecedente (roubo) e dolo ou culpa na conduta subsequente (morte). Logo, não é possível acolher a tese defensiva que postula a desclassificação do delito para homicídio.

Pelos trechos transcritos, verifico que as instâncias ordinárias, após a análise das provas constantes nos autos, concluíram pela existência de **elementos concretos e coesos** a ensejar a condenação do paciente pelo crime de latrocínio.

Por essas razões, mostra-se inviável a desclassificação da conduta imputada ao réu para o de roubo seguido de lesão corporal, sobretudo em se considerando que, no processo penal, vigora o princípio do livre convencimento motivado, em que é dado ao julgador decidir pela condenação do agente, desde que o faça fundamentadamente, exatamente como verificado nos autos.

Ademais, para se concluir pela desclassificação da conduta imputada, como pretendido, seria necessária **a incursão nos elementos de**

fato e de provas dos autos, providência vedada no habeas corpus.

A propósito, os seguintes precedentes:

[...]

2. O *habeas corpus* não se presta para a apreciação de alegações que buscam a absolvição do paciente ou de desclassificação da conduta, em virtude da necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é inviável na via eleita.

3. Se as instâncias ordinárias, mediante valoração do acervo probatório produzido nos autos, entenderam, de forma fundamentada, ser o réu autor do delito descrito na exordial acusatória, a análise das alegações concernentes ao pleito de absolvição demandaria exame detido de provas, inviável em sede de *writ*.

[...]

8. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no HC n. 458.521/RS, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, 5ª T., DJe 15/10/2019)

[...]

1. A alteração da conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias acerca da falta grave cometida, após regular procedimento administrativo disciplinar, ou mesmo a aplicação ao caso do pretendido princípio da insignificância, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável na estreita via do *habeas corpus*. Precedentes.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no n. HC 392.170/SP, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, 6ª T., DJe 9/9/2019)

II. Redução da pena em razão das atenuantes

Busca o paciente a atenuação da reprimenda na fração de 1/6 para cada uma das atenuantes, menoridade relativa e confissão espontânea, a respeito da qual, manifestou-se o Tribunal "a quo" (fls. 34-35):

Na segunda fase da dosimetria da pena, corretamente reconhecidas as atenuantes da confissão espontânea - ainda que parcial - e da menoridade relativa, **a pena foi reduzida para o patamar mínimo legal**, ou seja, em 20 (vinte) anos de reclusão, mantendo-se, assim, definitivamente, à mingua

de causas de diminuição ou aumento de pena a incidirem na terceira fase da dosimetria.

A pretensão não prospera, pois, como salientado no acórdão, não obstante a presença de duas atenuantes, na segunda fase, a reprimenda foi diminuída ao mínimo legal, em sintonia, portanto, com o entendimento firmado por esta Corte, consubstanciado no enunciado da Súmula n. 231 do STJ: "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal".

III. Dispositivo

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego a ordem de habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**